

Memória de *AVE*
político é *2*
bem curta

Rogério Coelho Neto

No dia 3 de setembro de 1980, depois de um jogo de cena comandado pelo presidente José Sarney e pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA), relator da Comissão de Organização Eleitoral da Constituinte, o Congresso Nacional aprovou, em sessão tumultuada, emenda constitucional que prorrogava os mandatos dos prefeitos e vereadores da época, que deveriam se encerrar dia 15 de março de 1981, por dois anos.

Sarney e Prisco exerciam, respectivamente, quando da tramitação da emenda prorrogacionista, os cargos de presidente e secretário-geral do PDS. Em nome do poder revolucionário eles alegaram que o então presidente João Figueiredo não poderia perturbar a travessia do seu projeto de abertura política com uma eleição de meia estação. Usaram ainda o argumento de que a não coincidência de mandatos municipais e estaduais era importante porque o povo, só votando com mais constância, poderia atingir maior grau de politização.

Agora, depois de tentar viabilizar no relatório final da Comissão de Organização Eleitoral a prorrogação de mandatos — proposta que o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, considerou inaceitável —, o deputado Prisco Viana fixou-se em um mandato-tampão de dois anos para os prefeitos e vereadores que se elegerão em 15 de novembro de 1988. Prisco acha, agora, naturalmente com a concordância de Sarney, mudando em apenas sete anos todo um raciocínio político, que a não coincidência de mandatos foi um erro e que o país não suporta eleição de dois em dois anos.

Os personagens de 80 e 87 são os mesmos e apostam, como todo político brasileiro, na memória curta do povo; em uma espécie de amnésia coletiva que atirou no fundo do baú da história uma experiência funesta de mandato-tampão. A que forneceu ao país, entre 1971 e 1973, sua pior safra de prefeitos. Como a não coincidência de mandatos frustrou deputados federais e estaduais, que se obrigaram a gastar duas vezes em quatro anos — com a sua própria eleição e a das suas bases municipais — volta-se a um velho arranjo político. Ao primeiro casuísmo, enfim, da Nova República, onde o PMDB substituiu a Arena e o PDS, sem que nada tenha mudado, como se vê.